

# Contradições na modernização da Marinha do Brasil

---

---

REFERÊNCIA: MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Esse livro de João Roberto aparece como forte candidato a clássico: abre um caminho de reflexão sobre um tema até agora pouco explorado e compreendido, apesar de sua importância para a história das relações internacionais, para a construção do Brasil moderno e para a história da tecnologia. Trata-se de um estudo sociológico sobre a Marinha ao final do século XIX e início do XX que enfatiza as complexas relações entre tecnologia e política, com foco nos programas navais de 1904 e 1906. A obra é baseada em pesquisa minuciosa no Brasil e na Inglaterra, onde foram levantadas várias fontes e periódicos, bem como uma ampla bibliografia pouco conhecida. A escrita é primorosa. Autor de muitos livros e artigos, João Roberto não decepciona seus leitores.

Na introdução, João Roberto re-

constrói o debate intelectual e político sobre os meios da guerra naval no período estudado, mapeando o desenvolvimento tecnológico que produziu a chamada “revolução dos dreadnoughts” e destacando as inovações da máquina a vapor, do encouraçamento e da artilharia. Já na página 13, o Autor enuncia o problema central do livro: “A competição entre armadura e armamentos fez crescer inevitavelmente a dimensão e o deslocamento dos navios [...] Tal evolução gerou alguns efeitos fundamentais. Por um lado, criou uma aguda instabilidade política, provocada pela rapidez da mudança tecnológica. Por outro, aumentou consideravelmente os custos da modernização das marinhas, trazendo para o primeiro plano um grave problema fiscal”.

Destacando as especificidades da “guerra no mar”, João Roberto recu-

---

José Miguel Arias Neto: Professor de História Contemporânea da Universidade Estadual de Londrina.

pera os termos em que estratégias e máquinas foram pensadas pelos teóricos da guerra naval no período. Além disto, há uma apreciação das correntes tecnológicas mais contemporâneas, inclusive do pós-Guerra Fria. A partir daí, João Roberto demonstra a pertinência de se apresentar a hipótese de que “em conjunturas específicas, os processos tecnológicos tenham efeito desestabilizador sobre a política” (p. 29), em uma nação periférica como o Brasil.

O primeiro capítulo descreve como o debate europeu repercutiu nos meios navais e políticos do Brasil ao final do século XIX. De um lado, ocorreu uma intensa modernização e uma corrida naval, até então sem precedentes, desenvolvia-se, no contexto europeu pós-1870, com a unificação da Alemanha e da Itália. De outro, evidencia como estas adquiriram dimensões globais com a emergência de potências em choque no Pacífico, ou seja, como “observou” [evidenciou] o historiador Geoffrey Barraclough: “A ascensão dos Estados Unidos e, paralelamente, da Rússia ao plano de potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial” (BARRACLOUGH, [19--?], p. 89-91).

Para compreender a situação brasileira, João Roberto explora os textos de Arthur Silveira da Mota, Barão de Jaceguay, o mais brilhante intelectual

da Marinha Brasileira naquela quadra, de Rui Barbosa, uma das mais controversas figuras públicas no período,<sup>1</sup> do jornalista Arthur Dias e do tenente jacobino Américo Brazílio Silvado, dentre outros. Trabalhando com a díade máquinas-homens, demonstra como esses autores realizaram uma mediação do debate internacional para o Brasil condicionada por alguns fatores como, por exemplo, a proclamação da República e os conflitos dela advindos, especialmente a Revolta da Armada de 1893. Esses autores apresentam o ruinoso quadro em que se encontrava a Marinha, agravado intensamente por aqueles conflitos. Assim, as divergências entre eles são políticas, marcadas pela cisão instaurada no quadro da oficialidade naval pós-1893. A contribuição de Rui Barbosa ao debate naval, nos artigos intitulados “Lição do Extremo Oriente”, visavam aprofundar a oposição que esse político fazia ao governo de Floriano, desde o seu início. Essa tática divisionista era recorrente na atuação política de Rui Barbosa.<sup>2</sup> Daí a observação de João Roberto: “Rui viu na defesa da Marinha um instrumento de sua militância política” (p. 53).

Magalhães Júnior, comentando a “Lição”, observa que a erudição exibida por Rui surpreendia, pois como exilado não tinha condições objetivas de dominar os 34 estudos atuais e especializados, dos quais retira se-

tenta e uma citações: “parece, pois, tratar-se [...] de bibliografia preparada por pessoas altamente especializadas em fornecer argumentos favoráveis à compra de navios de guerra. Bem analisados, em tais artigos tudo cheira a sermão encomendado” (MAGALHAES JR, 1964, p. 219). Assim, a “Lição do Extremo Oriente” deve ser vista com muita reserva.

Já os escritos de Jaceguay são [muito] mais consistentes. Sendo um “lobo do mar”, não fez apenas uma intervenção pontual. Suas ideias, baseadas nas reflexões da *Jeune École*, de esquadras para defesa e não para guerra em alto-mar como queria Mahan, influenciaram, ao lado do programa naval proposto no Japão pelo almirante Yamamoto Gabei, o programa de 1904, de Júlio Cesar de Noronha, alterado por Alexandrino de Alencar em 1906 (p. 68).

Esses programas navais são analisados sistematicamente pela primeira vez no livro de João Roberto. No segundo capítulo, são demonstradas as diferenças entre ambos: o de 1904 baseou-se na ideia de uma esquadra homogênea, voltada para a defesa; o de 1906 propôs uma esquadra nucleada por navios capitais. Triunfado o segundo programa, o Brasil encomendou três *dreadnoughts*, provocando admiração mundial e pânico na Argentina. O esmiuçamento desse processo demonstra que a substituição de um

programa pelo outro foi caracterizada também pela cisão existente na Marinha desde 1893.

Outro aspecto importante no livro é tratamento dado as questões navais na imprensa e a imensa popularidade da força naval naquele momento. As novidades introduzidas nas guerras e a importância das marinhas nessas, bem como, em âmbito local, a intensa campanha pela modernização da Força no Brasil, popularizaram a temática naval. O programa de Noronha fazia parte daquele momento de otimismo: tendo a República se estabilizado econômica e politicamente, tratava-se agora de “regenerar” a Nação. Assim, o programa de modernização nacional abrangia desde as reformas da Capital até a vacinação obrigatória e a recuperação das Forças Armadas. O crescimento da força naval argentina que se armava, não contra o Brasil, mas para as disputas com o Chile, alimentavam o debate.

Esse é o tema do terceiro capítulo do livro, que trata com maestria da corrida armamentista estimulada pelos fabricantes de armas. Os protagonistas da discussão tinham grande poderio econômico e político. Nesse ponto, o livro corrobora, sem mencionar, a tese de Arno Mayer sobre a permanência do Antigo Regime. Demonstra o autor estadunidense que a grande burguesia não desafiou, ao contrário, procurou

se incorporar às classes dominantes da antiga ordem, tanto política como culturalmente, como reação ao avanço das revoluções socialistas de 1848. Esse processo foi denominado por Schumpeter como “simbiose ativa entre dois estratos sociais” (MAYER, 1983).<sup>3</sup> Tratava-se, sobretudo, da sincronização entre os gigantes do aço, os armadores e a indústria química, setores dominantes na guerra de 1914-18.

Jogando governos contra governos, especulando no mercado internacional, possuindo representações comerciais em vários lugares do mundo, os armadores influenciavam a escolha dos ministros de Marinha em países dependentes como o Brasil. Foi o caso de Alexandrino de Alencar. Os estaleiros Armstrong ofertaram, nem bem iniciadas as construções dos navios do programa Noronha, novos planos que diziam respeito à aquisição de grandes encouraçados. A oferta esbarrou na resistência do ministro. A partir daí, os armadores se envolveram na articulação do nome de Alexandrino como futuro titular da Marinha. Os ingleses não foram, portanto, sujeitos menores na composição do governo e na mudança do programa naval. Para eles, tratava-se da concorrência internacional e da busca de mercados para produtos de guerra cada vez mais sofisticados e caros. Pouco importava se esses produtos satisfariam as necessi-

dades reais dos países compradores. João Roberto demonstra claramente como o capitalismo industrial forjou o mercado consumidor para os novos armamentos.

Assunto do quarto capítulo – “Os encouraçados da discórdia” –, João Roberto traça um retrato preciso da concorrência dos ingleses com os alemães pela influência nos assuntos navais brasileiros e a crise com a Argentina. A preocupação dos ingleses era a de evitar que a Alemanha, que acenara ao Brasil com a possibilidade de cooperação militar, influenciasse os assuntos navais no país. Por outro lado, a crise com a Argentina tratou-se, como observa o autor, da “importação para a América do Sul dos efeitos desestabilizadores da corrida naval tecnológica, devido ao desequilíbrio que as últimas tecnologias navais eram então capazes de trazer para as relações de poder entre as nações” (p. 159).

Outro fator de desestabilização política é analisado no quinto capítulo: a revolta dos marinheiros. Apoiando-se em Gilberto Freire, segundo o qual no Brasil sempre se pensou no “progresso das coisas e não das pessoas”, João Roberto demonstra o impacto da incorporação da nova esquadra a uma Força Naval inteiramente despreparada para tal mudança. Nesse hiato ocorreu a revolta com dramáticas consequências. Uma delas trata da construção

dos Encouraçados como mito e como símbolos da nacionalidade. Por isso, tornou-se impossível ao governo Hermes reagir militarmente à revolta. A destruição dos encouraçados não somente desmentiria a propaganda acerca de sua inexpugnabilidade, mas representaria um desastre político, uma vez que no plano simbólico estavam associados à imagem da nação. Essa não era, entretanto, uma questão apenas brasileira. Os Encouraçados foram peças mitológicas daquela era tomada pela fúria destrutiva; um dos “[...] sinais precursores que anunciaram a catástrofe que, havia mais de um século, ameaçava a cultura [...] e que Marx profetizara, sem a descrever convenientemente, ao formular sua alternativa célebre: socialismo ou barbárie” (ARENDDT, 2001, p. 46).

O debate sobre os encouraçados brasileiros de 1910 é de interesse geral, assim como o brilhante estudo de João Roberto. Suas reflexões podem iluminar nosso presente, quando a compra de armamentos, a transferência de tecnologia e a estratégia nacional de defesa estão em pauta. O livro nos instiga, ainda, a refletir sobre a instabilidade política contemporânea advinda de processos tecnológicos: como equacionar a questão do emprego da energia nuclear? Guardadas as proporções, é importante lembrar que, à sua época, os encouraçados fo-

ram vistos como hoje vemos as armas nucleares: a arma de destruição total. Essa discussão deve ser realizada de uma perspectiva dos interesses da humanidade e a obra aqui mencionada constitui excelente ponto de partida.

#### REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. Perspectivas sobre a questão alemã. In: *Compreensão e política e outros ensaios*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001
- BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à história contemporânea. São Paulo: Círculo do Livro, [19--?].
- MAGALHÃES JR., Raimundo. Rui: o homem e o mito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- VIANA FILHO, Luís. A vida de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Sobre Rui Barbosa, ver Magalhães Jr. (1964) e Viana Filho (1987).

<sup>2</sup> Ver sobre a questão Magalhães Jr., Raimundo. Op. Cit., especialmente o capítulo “Rui a favor e contra os militares”.

<sup>3</sup> Ver especialmente a introdução e o capítulo segundo.